

Congresso debaterá Constituição

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado Federal, José Fragelli, estão de acordo com a formação de uma Comissão Pré-Constituinte do Congresso, destinada a reunir subsídios para a elaboração a partir de 87, da nova Constituição. Antes do final do mês, as lideranças partidárias deverão indicar seus representantes nesta comissão, que funcionará paralelamente à instaurada pelo Poder Executivo e que terá como presidente o ex-chanceler Afonso Arinos de Mello Franco.

A notícia do convite ao coronel Luís Araripe, diretor de Polícia Federal, para servir de ligação entre o Congresso e a Comissão de Arinos, repercutiu ontem. Airton Soares anunciou que hoje, durante almoço com o presidente Sarney e o ministro Fernando Lyra, da Justiça, vai colocar a questão diante do governo: "Se o coronel se dispôs a ser polícia, que vá cuidar do contrabando, da repressão aos tóxicos. Ele cuidar da Constituinte, como quer Afonso Arinos, é um absurdo."

"O coronel Araripe foi imposto ao governo, em decorrência da acomodação feita pelo ex-presidente Tancredo Neves na área militar, para que fosse pacífico o processo de transição para a democracia" — acrescentou Soares.

O senador Fernando Henrique Cardoso, depois de inicialmente não ter acreditado na informação dos jornalistas sobre a indicação do coronel, quando leu a notícia num jornal, lhe pediu licença e telefonou para o ministro da Justiça, Fernando Lyra, com quem conversou durante dez minutos reservadamente. Em seguida, disse o senador que o ministro havia autorizado a afirmar que não há ainda sobre o caso nenhuma posição definida.

Segundo informou o senador, Fernando Lyra lhe disse ter colocado o diretor-geral da Polícia Federal à disposição do ex-chanceler Afonso Arinos para "ajudá-lo nos trabalhos da comissão".

Para o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a indicação do coronel Araripe "é muito mais do que inoportuna, é um acinte às esperanças e expectativas nacionais depositadas na convocação da Constituinte. Se a sua nomeação se concretizar — disse ele — vou dar razão ao general Figueiredo quando ele diz que na Nova República só está falando do ele".

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, por sua vez, esclareceu aos jornalistas a natureza das funções do coronel Luís Araripe na Comissão da Reforma Constitucional. O chefe do Departamento de Polícia Federal não será membro da comissão, nem participará dos trabalhos de debate e redação do texto que o grupo presidido por Afonso Arinos vai preparar. Não se trata, para Fernando Lyra, de um elemento de ligação entre a Comissão e o Executivo, especialmente porque a Comissão já é do Executivo. O que houve foi apenas um pedido de Afonso Arinos ao ministro da Justiça, sobre a possibilidade do coronel Araripe assessorá-lo na elaboração do organograma de funcionamento da comissão, que se constituirá após a apresentação ao Congresso da emenda do Palácio do Planalto, convocando a Assembléia Nacional Constituinte, na próxima semana. Arinos disse a Lyra que o coronel Araripe o ajudou muito enquanto embaixador nas Nações Unidas. Gostaria de contar novamente com seu auxílio.

De qualquer forma, a possibilidade de o coronel Araripe integrar a Comissão Pré-Constituinte do Poder Executivo motivou ainda mais os deputados que defendem a instalação de uma comissão, autônoma, no Congresso, para colher subsídios para a Constituinte. Para Maurílio Ferreira Lima, "é a forma do Legislativo se rebelar contra essa comissão espartana do Executivo".

O deputado Airton Soares entende que a comissão do Congresso, funcionando paralelamente à do Executivo, "vai trazer para o debate todos os segmentos da sociedade que serão marginalizados pelo professor Afonso Arinos em sua comissão de luminares e juristas".

A criação dessa comissão no Congresso foi novamente examinada, ontem, em encontros que o deputado Alencar Furtado (PMDB-PE), um de seus defensores, manteve com os líderes partidários na Câmara. A idéia é que as lideranças indiquem na próxima semana seus representantes na comissão, a qual deverá ter de 50 a cem integrantes. Assim, os diversos capítulos da Constituição serão repartidos entre os deputados, a fim de que sejam debatidos, separadamente, os aspectos políticos, econômicos, sociais e outros da nova Constituição, a partir de estudos dos deputados e sugestões a serem colhidas junto a representantes da sociedade.

O líder do PDS, Prisco Vieira, mesmo concordando com a comissão e assegurando a participação de sua bancada, dará resposta oficial no início da próxima semana, depois de ouvir a direção nacional do partido. Os líderes dos demais partidos apoiam a proposta.

A possível criação dessa comissão já foi comunicada ao presidente José Sarney pelo líder peemedebista Pimenta da Veiga, na reunião passada do Conselho Político do governo. Sarney não fez nenhuma restrição, indicando que concorda com a observação de que o Congresso não pode ficar alheio ao debate da Constituinte, embora a comissão do Congresso vá fazer concorrência e até certo ponto esvaziar a Comissão do professor Afonso Arinos.

ANC 88
Pasta Jun/85
097/1985